

FÓRUM DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC RELATÓRIO

Data: 21 de maio de 2024

Local: Filмотeca Acreana

Horário: 18h às 21h30

INSCRITOS: 85 (62 presenciais e 23 virtuais)

Evento transmitido pelo YouTube com intérpretes da LIBRAS.

Mediador: Osmarildo Nogueira (DEFIC/FEM)

Pauta: Definição das propostas do plano anual de aplicação dos recursos (PAAR) 2024 a ser aplicado na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

ABERTURA:

Apresentação musical de Eullis Romão

FALAS:

1. Professor Minoru Martins Kinpara, Presidente da FEM – agradece a presença de todos, física e virtualmente, agradece à equipe da Filмотeca e faz agradecimento especial à Secretária de Comunicação, Nayara Lessa e equipe da SECOM que está presente dando suporte, agradece à UFAC e aos amigos intérpretes da UFAC pela colaboração, na pessoa da Reitora Guida Aquino, à equipe da FEM que tem se empenhado bastante, não só em Rio Branco, mas no Estado todo, dá as boas-vindas aos secretários municipais presentes, agradece aos que participaram do Fórum PNAB em Cruzeiro do Sul e à Flávia Burlamaqui, Presidente do ConCultura a quem passa a palavra.
2. Flávia Burlamaqui, Presidente do ConCultura - saúda a todos os presentes e agradece pelo esforço que todos vem fazendo nesse mutirão de trabalho, estudos e atividades. Agradece à Prof^a. Eurilinda Figueiredo e Daniel Iberê pelo esforço grande e voluntário nas últimas semanas, levando apresentações e esclarecimentos através do Comitê de Cultura do Acre, agradece também ao Lenine Alencar e a Cláudia Toledo, que representam o Comitê de Cultura do Acre, por esse trabalho. Fala do

sonho acerca do recurso regular ao Sistema Estadual de Cultura, para que se possa pensar políticas, financiamentos, instrumentos estruturantes aos fazedores de cultura.

3. Elane Cristine, do DPC FEM – faz uma breve contextualização sobre a PNAB 2024. Ao final de 2023 recebemos informação de que o Acre foi o primeiro estado a ter 100% de adesão à PNAB, com seus planos de ação nos 22 municípios; todos os planos já foram autorizados. Em 20/2/2024 ocorreu a 1ª sessão ordinária do Concultura tendo, dentre as pautas, a apresentação por parte da FEM, do cronograma da PNAB; esse cronograma foi apresentado em 02/04/2024 durante a 2ª sessão ordinária do Concultura, ocasião em que o conselheiro Anderson Mariano, Diretor Executivo da FEM, informou que seria feita a contratação de uma plataforma de gestão de projetos culturais. Foi aberto pregão eletrônico com objeto de contratação de empresa especializada em serviços de tecnologia da informação (edital disponível desde 13 de maio a 03 de junho às 7h – comprasnet.gov.br) e 19 estados já aprovaram essa modalidade de processo licitatório, o que dá celeridade nos processos. Fala sobre prazos e sobre a previsão de lançamento dos editais para julho 2024, primeiro o do Fundo e depois da PNAB. Próximo encontro para apresentação da consolidação das propostas será dia 27 de maio, informando que não é uma ação unilateral, é uma ação em conjunto, de acordo com o que preconiza o Ministério desde 2006, tenta-se realizar uma gestão compartilhada (técnicos, servidores da FEM, junto aos conselheiros de cultura, CIB e escritório estadual do MinC).
4. Anderson Mariano, Diretor Executivo da FEM – manifesta reconhecimento de que a conquista do montante de recursos que vem sendo destinados à cultura é fruto de muito trabalho, que vem sendo realizado ao longo dos últimos anos e que a Aldir Blanc é o primeiro exercício real para se estruturar o Sistema Estadual de Cultura, importante que cada agente cultural faça seu papel. Apresenta e explana sobre slides: Premissas e Diretrizes de Execução; Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (valor total ao Acre R\$ 16.722.763,81); Objetivos da PNAB; Financiamento e Condicionais; Ações afirmativas e cotas (IN N° 10 MINC); Quem pode receber recursos e desenvolver projetos pela PNAB?; Em quais ações e atividades poderão ser aplicados os recursos da PNAB?; Execução dos Recursos; e Proposta de Plano Anual de Aplicação – PNAB/2024. Abre a palavra para escuta

- dos movimentos, com intuito de novelar a informação e construir conjuntamente as propostas.
5. Prof^a Eurilinda Figueiredo – apresenta propostas construídas coletivamente: uma, de redistribuição dos recursos e outra, de editais possíveis a partir dessa redistribuição, pensando em ações mais estruturantes para o setor cultural.
 6. Lenine Alencar – fala das possibilidades de interação e contribuições, a partir das idas e vindas dos municípios, isso também incluindo as regiões fronteiriças.
 7. Queli Carvalho – concorda com a proposta apresentada pela Prof^a Eurilinda para redistribuição, mas se preocupa quando se coloca 500 mil reais para quatro projetos. Com relação a reforma dos espaços, e lamentando perda de acervos irrecuperáveis, a exemplo do Seringal Bom Destino, questiona se essa questão das reformas não seria papel do Estado. No fomento, sugere editais de menor valor, visando alcance de maior número de pessoas.
 8. Humberto – concorda com a Queli Carvalho no tocante a obras e reformas, ainda sugere tirar mais meio milhão em favor dos fazedores de cultura e para estimular mais a formação dos jovens na área cultural.
 9. Elane Cristine – lembra que também tem 129 propostas dos formulários online e que todas as propostas constarão da memória.
 10. Mestre Arrepiado – questiona como foi feita a divisão das premiações e sugere que se trabalhe com demandas; com relação ao formato, editais com grandes valores que contemplam uma minoria, esquecendo de contemplar uma grande maioria, percebe que o formato é para grandes festivais indígenas, grandes festivais culturais; se for falar em intercâmbio, a capoeira tem demanda de idas e vindas de municípios, não concorda com valor exorbitante que contempla uma minoria.
 11. Ítalo Facundes, Chefe do DPHC/FEM – faz reflexão sobre as políticas de preservação, falta educação patrimonial; não se vê destinado recursos para fomento à preservação de bens imateriais, para pesquisas, fomento para a base real de pesquisa dentro da preservação do patrimônio histórico; até 2010 houve abertura dos processos de tombamento, até agora se tem apenas um bem tombado como patrimônio imaterial (farinha de Cruzeiro do Sul).
 12. Elane Cristine – Contextualização sobre políticas públicas para os povos indígenas: na última reunião do Concultura foi solicitado dados dos indicadores dos projetos contemplados do povos originários e aí eu vou fazer o que eu apresentei no Seminário “Promovendo Diálogos, Territorialidades, Ancestralidade e Políticas

Públicas” que a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas convidou alguns representantes de órgãos e eu fui como servidora da FEM e o Daniel Iberê foi representando o Concultura na cadeira de Povos Originários. Para contextualizar, em 2019 nós tivemos dentro do Plano de Governo do Gladson Cameli, tinha uma proposta de Gestão de Espaços Culturais em Espaços Ociosos e foi quando retomou-se o Kaxinawá, o DPHC foi para lá para o trabalho de pesquisa de patrimônio material e imaterial. E também foi aberto aos povos originários para realização das suas atividades culturais, como os festivais, feiras, culinária e venda de arte indígena. Em 2020 quando ocorreu a pandemia e todos os trabalhos pararam e os fazedores de cultura sofreram bastante, teve a Renda Emergencial do Governo Federal e dentro dela tinha estipulado valores, chegou a quase oitocentos mil reais, para pagamento de trabalhadores da cultura que, em sua maioria, foram também os povos originários. Também em 2020 teve as escutas culturais online e a criação da plataforma digital, que é esse portal da FEM, onde a gente tem a estrutura da FEM, a estrutura do Conselho Estadual de Cultura, e também os editais, com todos os seus desdobramentos, desde o início da abertura, até o último edital, que é o edital de habilitação. Em 2021, no primeiro edital da Lei Aldir Blanc, depois das escutas culturais, saíram 126 propostas que foram contempladas, só para povos originários, totalizando R\$ 1.250.000,00. No ano de 2022, pelo Fundo Estadual de Cultura, foram 30 prêmios, no valor individual de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 300.000,00. No ano de 2023 teve a reinauguração da Casa do Artesanato Acreano, na antiga Casa dos Povos da Floresta, que é uma gestão compartilhada da FEM e da Secretaria Estadual de Turismo e Empreendedorismo. Lá tem artesanato acreano, incluindo artesanato indígena. No mês de maio 2023 tivemos as escutas presenciais em todas as regionais, com mais de setecentas propostas e a deliberação de quatro editais, incluindo um edital específico para prêmio dos povos originários. Dentro desse edital, uma ação inclusiva de que no mínimo 50% dessa premiação fosse para mulheres indígenas. Nos demais editais, conforme a Lei Paulo Gustavo já previa na sua legislação, 10% de todos os outros editais seriam destinados aos povos indígenas. Nesse resultado tivemos 40 contemplados no valor de R\$ 15.000,00, que totalizaram seiscentos mil. Sobre o Fundo Estadual de Cultura foram mais R\$ 500.000,00 e agora estamos na PNAB, 10% previstos também.

13. Daniel Iberê – Reconhece a preocupação do Mestre Arrepiado como visão coletiva e considera importante ter o maior número de informações sobre indicadores e todos

os segmentos culturais. Com relação aos recursos (um milhão e oitocentos mil) para os povos indígenas, correspondem aos dez por cento estabelecidos na Lei da PNAB. Desejam um edital específico para povos indígenas e dentro da premiação de mestres, de um milhão, ainda não se sabe como será feito o edital e pensando principalmente que no município não haverá edital do Fundo.

14. Carlos Costa, Diretor de Políticas Culturais de Senador Guiomard – considera recursos altos e pouca quantidade de projetos a serem contemplados. Valores altos ficam para pessoas jurídicas e não contemplam a ponta. Também sugere que a divisão seja por município e não por regional.
15. Lenine Alencar – explica que quando se pensa num valor alto, considera-se para eventos de grande porte, não um único batizado de capoeira e sim de um festival de capoeira, algo que envolve um conjunto do segmento. Com relação às obras, não está especificado qual patrimônio físico seria beneficiado e sabe-se que 1 milhão é muito pouco para uma obra.
16. Anderson Mariano – faz a leitura de propostas do chat, em resumo:
 - Tigres Negros Games: diminuir os valores dos editais e aumentar a quantidade de vagas; fazer editais que possam contemplar mais fazedores de cultura; editais com valores altos só irão priorizar projetos que já existem não é universalização, não ajudam o dinheiro a chegar na ponta para quem realmente precisa.
 - Marcos Thadeu: edital único de premiação e mecanismo e reconhecimento para novatos que não possuam currículo. Edital de premiação para todos os artistas, sem distinção. Para aqueles que são notoriamente artistas mas não conseguem comprovação curricular, implementar um mecanismo de reconhecimento, equivalente a um currículo, funcionando como um atestado de artista. Sugiro então que tenha políticas compensatórias na pontuação para a participação desses proponentes que pouco tem acesso a esses recursos. Temos bairros no segundo distrito tomado por facções que não entra nem Uber, nem o estado e muito menos as entidades que vem recorrentemente ganhando todos os editais da FEM e da FGB.
 - Ulissys Bandeira: Aumento dos recursos para as regionais. Descentralização dos recursos da capital para o interior, distribuindo para os demais municípios, a gente sempre fica com a sobra das vagas.
17. Antônio Rocha – a leitura das propostas do chat já o contemplam e também concorda plenamente com o Arrepiado, é preciso chegar nas periferias e nos municípios,

- universalizar verdadeiramente. Diminuir os recursos para grandes eventos e pulverizar entre a comunidade.
18. Flávia Burlamaqui – sobre o subsídio dos espaços, propõe que se aumente um pouco o valor do apoio mensal, diminuindo o número de meses e conseqüentemente custos administrativos, consumo, manutenção dos espaços, considerando a atividade meio e atividades fins.
 19. Lenine Alencar – é preciso deixar claro no edital, qual a finalidade desse recurso.
 20. Queli Carvalho – é preciso debater o tempo e o período em que os projetos ficarão com as inscrições abertas. Exemplo da LPG que ficou em Rio Branco apenas dez dias e no estado em tempo ínfimo, há dificuldades de comunicação e alguns municípios do Acre. Proposta: garantir período mínimo de sessenta dias com inscrições abertas e também o formato híbrido para envio dos projetos. Fazer editais simplificados, atendendo às normativas da lei de fomento, menor burocracia nas prestações de contas.
 21. Toinho Alves – conta experiência pessoal com reimpressão de um livro e enumera despesas que está tendo; valores altos só irão contemplar pessoas jurídicas. Está de acordo com maior quantidade de projetos de menor valor para que mais pessoas tenham acesso aos recursos, pois ainda não estamos numa fase de estruturação maior. Fortalecer as grandes iniciativas, sem perder o foco nos projetos mais individuais. Sugere redistribuição dessa quantidade de projetos.
 22. Mestre Caboclinho, Presidente da Liga Acreana de Capoeira – que o recurso seja distribuído de forma a abranger mais projetos, que mais fazedores culturais, de qualquer área que sejam, possam acessar esses benefícios. Algumas questões burocráticas barram a participação de fazedores de cultura.
 23. Elane Cristine – Sobre editais simplificados, são sugeridos pelo MinC num dia e no outro dia recebemos auditores fiscais da CGU e do MPF questionando como estamos fazendo distribuição de recursos da União sem pedir certidões, sem pedir informações. Então algumas informações se tornam obrigatórias pelos órgãos de fiscalização. Uma reflexão sobre os mestres, anteriormente eram considerados os mestres griôs, que deveriam ter no mínimo 40 anos de atuação. Com o passar dos anos foi se esquecendo o conceito do que é mestre, precisa-se retomar o que é ser mestre e o que é ser aprendiz.

24. Daniel Iberê – que ao término do encontro, tenhamos propostas qualificadas, para isso ir avaliando ponto a ponto cada edital e pactuando o que for consenso, que as propostas saiam como indicação de um coletivo mais aberto.
25. Eurilinda Figueiredo – concorda que se mexa naquela proposta e baixe os valores, ampliando o número de projetos e menciona que a PNAB precisa acontecer de forma diferenciada dos fundos de cultura.
26. Eudiran Carneiro – concorda com diminuição dos valores e que a distribuição não seja por região, mas por município. Sugere ao Prof. Minoru fazer uma escuta online com a Comissão Intergestora Bipartite (CIB), ampliando a proporcionalidade de representações municipais.
27. Queli Carvalho – sobre obras e reformas, questiona se é possível a questão ser destinada integralmente para aquisição de bens aos grupos culturais.
28. Lenine Alencar – responde afirmativamente, mencionando que é o edital que vai determinar isso. Recomenda que as entidades não sejam criminalizadas, pois também pessoas físicas com projetos consolidados poderão ser beneficiadas.
29. Eurilinda Figueiredo – lembra que os recursos da PNAB são acessados pelo Estado todo e também pelos seus municípios e que todos receberam informações necessárias para elaborar uma política de qualidade, para aproveitar melhor esse recurso. A legislação que dá suporte a essa política é imensa e a equipe trabalhou vários dias, relacionando ao menos dez instrumentos legais que dão suporte, os gestores receberam cartilhas, tutorial para preenchimento de cada formulário, os gestores receberam bastante assistência. As escutas precisam ser feitas com a sociedade civil, não com os gestores. Os gestores precisam fazer escutas da sociedade civil do Estado e dos seus municípios.
30. Antônio Alves – vê a proposta apresentada como mais abrangente e mais estruturada do que todas as outras que estão chegando; é bom pegar cada ponto desses e ir verificando, visualizando e adequando. Nenhuma proposta individual que está chegando irá se sobrepor a estrutura geral dessa, construída coletivamente. É preciso discutir o detalhe de cada um desses setores, com uma conceituação mais precisa de cada um, dentro das possibilidades e do tempo disponível. Propõe que seja formada uma comissão para pegar todas as propostas existentes e fazer essa estruturação distribuída dentro do que foi apresentado, considerando todas as expectativas dos fazedores de cultura e tentando atender o máximo possível delas.

31. Anderson Mariano – faz intervenção para falar um pouco do método. Sobre a comissão para organizar as propostas, cabe à FEM fazer isso. Abrimos as escutas online, recebemos algumas propostas protocoladas na FEM, também válidas, foram feitos dois grandes fóruns, um no Vale do Juruá em Cruzeiro do Sul e este em Rio Branco, todas essas propostas serão consolidadas, ou melhor, conciliadas. Interessante o princípio do edital alcançar mais pessoas. No dia 27 de maio haverá outro fórum e nele serão apresentadas todas as propostas recebidas de forma consolidada.
32. Elane Cristine – faz a leitura de duas propostas recebidas no chat: uma de Luiz Veras, para que seja considerado para pontuação extra os proponentes artistas de baixa renda, inscritos no CAD Único, para que possam chegar nesses recursos e desenvolver trabalhos nas suas regiões. Outra de Enage Peres, de Brasileia que precisam de editais que sejam descentralizados respeitando as cotas por municípios, fortalecendo os pontos de cultura dos municípios no interior.
33. Mestre Caboclinho – com relação ao recurso para readequação de espaços, ressalta que o movimento da capoeira não tem um lugar específico, sempre precisam pedir teatro, quadra de escola, espaços não adequados para realização das suas oficinas, campeonatos, batizados, shows, dentre outros eventos. Há espaço destinado para a capoeira e que nunca foi ocupado pela capoeira, pede olhar da FEM no sentido de readequar esse espaço para as atividades da capoeira.
34. Antônio Alves – participou da divisão de regionais da cidade de Rio Branco e da divisão de regionais no Estado do Acre. Propõe que seja atendida a questão da municipalização, mas que seja também compatibilizada com a regional.
35. Flávia Burlamaqui – concorda com Eurilinda Figueiredo no que se refere a questão da formação e sobre a CIB. Entende os limites administrativos pelo tempo este ano, devemos nos preparar melhor para 2025 e os 5% é para isso. Com relação à CIB, foram propostas reuniões, mas estavam sem agenda até 31 de maio.
36. Nilson Mendes de Carvalho - defende a metodologia dos municípios serem contemplados e para que tenham êxito é preciso que sejam projetos de menor valor, é muito raro ver grandes eventos e caravanas nos municípios, só se vê as feiras e comemorações locais. É preciso ter prioridade para algum projeto dos municípios.
37. Queli Carvalho – concorda com a formação, é preciso qualificar mais. Em obras, sugere tirar as palavras “obras e reformas” e deixar apenas aquisição de bem

- culturais. Pôr no texto: aquisição de equipamentos para grupo culturais e aí teremos 80 propostas divididas por municípios de mais de 23 mil reais.
38. Carlos Costa – é preciso pensar em proporcionalidade, considerar número de habitantes de cada município. E os governantes municipais devem correr atrás dos recursos para seus municípios. Fazer editais diferenciados, para grandes cidades e para municípios menores.
39. Eurilinda Figueiredo – parabeniza fala do Carlinhos. Lembra que a distribuição do recurso teve como parâmetro, população. E não se pode ignorar que cada município já tem seu recurso garantido pela PNAB. Outra observação: 20% dos recursos precisa chegar em áreas periféricas, tradicionais e povos indígenas e se tem outras porcentagens a observar, cotas para pessoas negras, indígenas e com deficiência. Fica claro que esta é uma proposta e não “a” proposta. A função desta escuta é exatamente o detalhamento desse plano de ação.
40. Elane Cristine – apresenta outras três propostas constantes do chat. Proposta de Ana Lúcia, sobre retomada de pontos de cultura na fronteira: “proponho editais municipalizados, que fortaleçam grupos culturais da fronteira, garantindo recursos para o nosso patrimônio material e imaterial, com a retomada dos pontos de cultura em fronteiras”. Proposta de Junções Kung Fu e Dança, seria editais de fluxo contínuo: Precisamos que os editais contemplem projetos que estão ativos nos espaços públicos culturais (editais de bolsas específicos). Proposta de Diogo Said, de Cruzeiro: criação de espaço público para dança, que abarque práticas de diferentes modalidades em dançantes. Com práticas continuadas através de aulas, shows, bailes, serestas e outros.
41. Presidente da FEM, Prof. Minoru Kinpara – faz os agradecimentos pela presença, anuncia a devolutiva a ser realizada dia 27 de maio, enfatizando que as concordâncias e discordâncias fazem parte do processo. Só precisamos ver como fazer uso dos recursos da forma mais democrática possível, a mais inclusiva possível. Fala da realização das conferências municipais, estaduais e nacional, execução da LPG e agora PNAB. Vamos ter recursos garantidos até 2027, vamos ter tempo para exercitar e aprimorar. Parabeniza Prof. Eurilinda Figueiredo e o grupo que trabalhou nas propostas. Agradece à Reitoria e equipe da UFAC, à SECOM, a presença dos gestores dos municípios, compreendendo as dificuldades que enfrentam à nível municipal. Enfatiza que é um momento de fortalecer as parcerias,

dá um viva à cultura e chama todos para a foto, encerrando assim o Fórum da PNAB em Rio Branco.

É o relatório.

Rio Branco – AC, 23 de maio de 2024.

Departamento de Políticas Culturais

PARTICIPANTES VIRTUAIS:

Maria Enage Brito Peres

Marcos Thadeu Soares de Melo

Ana Lúcia Freitas dos Santos

Thauan Santos Alencar

Ana Lúcia Freitas dos Santos

Paloma de Oliveira Ramos

Antonia Silva de Freitas

Raul Vargas Torrico

Raimundo Nonato dos Santos

Ana Lúcia Freitas dos Santos

Augusto Hidalgo de Lima Neto

Anna Thaillyne Santos de Souza

Ana Paula Freitas dos Santos Alencar

Lérida Oliveira dos Santos Nascimento

Ulissys Bandeira

Edimar Andrade de Castro

Adas Gomes de Deus

Nathânia Oliveira Silva

Murilo Henrique da Silva Castro

Luiz Fernando Souza Veras

Geania Maria Portela Souza

Lucas Mateus Freitas Silva

Izaquel Feitosa da Silva

PRESENCIAIS:

Daniel Frutuoso Rodrigues

Nilson Mendes de Carvalho

Emilio Oliveira de Amorim

Suellir Lima Lopes

Caroline Pereira de Souza

Antonio Carlos da Silva Costa

Camila M C Ribeiro

Flávia B. Machado

José Santos de Barros

Aime Machado de Lima

Maria Eduarda da S Brilhante

Claudia Toledo Lima

Denilso B Alencar

José B. Albuquerque dos Santos

Minoru Kinpara

Sergio Siqueira

Raimundo Castro

Ana Maria de Freitas Queiroz

Maria Pararecida J. L

Diego Silva de Paiva

Maria Paulino B.

Daniel Gomes Correia

Jholeno Oliveira Silva

Napoleão de Souza Ferreira

Adjan de Araujo Paula

Ozeas Figueiredo

Douglas Adriano Mendonça Rodrigues

Osmarildo M G Figueiredo

Elane Cristine Almeida da Silva

Everton Silva

Gilmar Ferreira do Nascimento

Vania Rocha
Nolram Rocha
John de Souza Barros
Carlos Leandro da Costa
Maria Rita Costa da Silva
Queli Carvalho de Oliveira
Eriton A Souza
Daniel Lopes
Elcio Rogerio da Cunha
Felipe dos Santos do Carmo
Humberto Israel
Antonio da Cruz da Rocha
Michael de A Tomaz
Antonio Alves Leitão Neto
Francileni Maria F Santos
Eula Sandra da Costa R
Ângela Maria Portela
Gustavo Araujo A
Alen Martins da Silva
Pamela Lunayra Valdez Caetano
Moises Ferreira A E Souza
Nonato Souza do Nascimento Queiroz
Adalberto Queiroz
Mario da Luz Pinheiro P
Alberan Morais
Rafael da Silva Macedo
Iberê Guarani
Eudiram da Silva Carneiro
John de Souza B
Bruce A.

Leila Zanardini Hoffmann
Relatora

Elane Cristine Almeida da Silva
Departamento de Políticas Culturais

VISTO

ANEXO



Fórum da política nacional ALDIR BLANC



Fundação Elias Mansour - FEM
276 inscritos

Inscriver-se

9



Compartilhar

Download



101 visualizações Transmitido há 5 dias
Acesse: www.femcultura.ac.gov.br

Fonte: <https://www.youtube.com/live/8CbBJLnQI0U>



Fonte: <https://www.instagram.com/p/C7SWJSsuF3j/>